



**201ª Sessão Ordinária
Conselho Municipal de Saúde de Florianópolis**

Informações Preliminares

201ª Reunião Online do Conselho Municipal de Saúde de Florianópolis, Caráter Ordinário. 29 de março de 2022, Sala do Conselho Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Saúde – SMS. Av. Prof. Henrique da Silva Fontes, nº 6.100, Trindade, Florianópolis, SC. Das 32 instituições que compõem o CMS, 18 estavam presentes, 1 justificou ausência e 13 entidades faltaram. Estiveram presentes 32 participantes na condição de servidores, convidados, estudantes e comunidade em geral.

Abertura e Pauta

Carlos Alberto Justo da Silva, Presidente do Conselho Municipal de Saúde.

Saudou a todos, iniciou a Plenária solicitando a inclusão de pauta para apresentação da Comissão de Farmácia Terapêutica. A inclusão é aceita pela plenária.

Pauta

1. Aprovação das Atas 199ª e 200ª;
2. Atualização do Enfrentamento ao COVID-19 e da Vacinação em Florianópolis;
3. Programação Anual de Saúde - PAS 2022-2023;
4. Comissão de Farmácia Terapêutica
5. Informes (Secretaria Executiva, Comissões, CLS, CDS e Gerais);
6. Sugestão de Pontos de Pauta para a próxima Sessão Plenária de nº. 202, de 26 de abril de 2022.

Desenvolvimento dos Trabalhos

1º Ponto de Pauta | Aprovação das Atas nº 199 e 200;

1.1 Carlos Alberto Justo da Silva, Presidente do Conselho Municipal de Saúde.

Em seguida submeteu as Atas nº 199 e 200 para aprovação, solicitando que os contrários se manifestassem. Estas foram aprovadas por unanimidade.

2º Ponto de Pauta | Atualização do Enfrentamento ao COVID-19 e da Vacinação em Florianópolis;

2.1 Deniz Faccin, Gerência de Inteligência e Informação/SMS.

Iniciou sua apresentação ressaltando que no Brasil foi observada um maior controle no número de casos de *Covid-19*, após uma onda de grande número de casos nos meses de dezembro e janeiro, que acabou sobrecarregando todo o sistema de Saúde. Notou-se uma queda no número de casos confirmados e no número de óbitos nas últimas semanas. O número de óbitos registrados atingiu a marca de 1.214. Foram confirmados no dia anterior 111 casos ativos.

As Demandas nas Unidades de Pronto Atendimento manteve média estável nas últimas semanas, com picos registrados nas segundas feiras. Nos Centros de Saúde as demandas têm se mantido estável nas últimas semanas. Até a data desta plenária foram aplicadas 1.223.144 doses em Florianópolis. Média de 1.500 a 3.000 doses aplicadas por dia. A vacinação em crianças, até o dia 28/03, alcançou o número de 28.824 de doses aplicadas, alcançando cerca de 62,1% da população alvo.

2.2 Júlia Maria de Souza, Diretoria de Atenção à Saúde DAS/SM

Iniciou sua apresentação do “Plano Vacinação COVID-19 Segmento Vacinação Adulto E Infantil” no município. Foram formuladas algumas ações para aumentar a vacinação infantil (de 5 a 12 anos) como o Dia D de vacinação no dia 02/04, Ponto Fixo de Vacinação Infantil com horário ampliado e vacinação aos sábados e Centros de Saúde Pilotos para vacinação Infantil. Já sobre a vacinação em adultos foi mantido os pontos fixos de vacinação, a van de vacinação, a vacinação itinerante e descentralizada, robozinho fazendo busca ativa pelas pessoas com doses atrasadas e contatando-as, abertura de ponto fixo do Continente e aplicação da 4ª dose para pessoas de 85 anos ou mais - depois de um intervalo de 4 meses da dose de reforço. Ainda reforçou que os próximos passos do Plano de Vacinação, consiste na vacinação contra a influenza e o sarampo.

2.3 Marcos Cesar Pinar, União Florianopolitana de Entidades Comunitárias.

Sugeriu a criação de um projeto de lei que torne obrigatório o uso de máscaras em buffets, para evitar a contaminação.

3º Ponto de Pauta | Programação Anual de Saúde - PAS 2022-2023;

3.1 Daniela Baumgart de Liz Calderon, Secretaria Municipal de Saúde.

Apresentou ações para os anos de 2022 e 2023. Foram estabelecidos nesse documento, de acordo com a diretriz nº1 que consiste em “Reduzir e prevenir riscos e agravos à saúde da população por meio das ações de vigilância, promoção e proteção, com foco na prevenção de doenças crônicas não transmissíveis, acidentes e violências, no controle das doenças transmissíveis e na promoção do envelhecimento saudável”, os seguintes objetivos: o primeiro consiste na diminuição da prevalência de agravos transmissíveis e não transmissíveis, incluindo as associadas à COVID-19; A ampliação do controle populacional de cães e gatos abandonados ou em situação de negligência e a promoção de ambientes saudáveis. A partir da 2ª diretriz que dispõe da “Garantia do acesso a serviços de saúde de qualidade, em tempo adequado, com ênfase na humanização, equidade e no atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de Atenção Primária e Especializada, e garantindo o acesso a medicamentos no âmbito do SUS” foram estabelecidos os objetivos de oferta de serviços de atenção especializada resolutivos e em tempo oportuno; A adequação da estrutura física na Rede Municipal de Saúde de forma a atender às necessidades da população, a oferta de medicamentos e insumos de acordo com as necessidades da população por meio do aprimoramento da gestão dos processos de aquisição, logística e fornecimento ao usuário; O aumento de cobertura de saúde bucal. Já quanto a 3ª diretriz, que procura “Assegurar os princípios constitucionais do SUS, universalidade do acesso, integralidade e equidade, garantindo o acesso e atendimento às populações vulneráveis (população em situação de rua, negros, pessoas com deficiência, LGBTQIA+, populações tradicionais, pessoas vivendo com HIV/AIDS, populações privadas de liberdade, usuários dos serviços de saúde mental e de álcool e drogas, profissionais do sexo) em 100% das unidades de saúde e demais serviços de saúde”, os objetivos foram no sentido de Melhorar o cuidado materno, infantil e da mulher; Melhorar o cuidado nos diferentes ciclos de vida e em populações vulneráveis; e de melhorar o cuidado nos diferentes ciclos de vida e em populações vulneráveis. Quanto ao objetivo posto em relação à diretriz nº 4, que procura “Fortalecer a Rede de Saúde Mental, de forma articulada com os demais pontos de atenção em saúde e outros pontos intersetoriais” foi definida a reestruturação da Rede de Atenção Psicossocial. Em relação a diretriz nº 5, que procura “Aprimorar a gestão dos processos de avaliação, incorporação, difusão, gerenciamento da utilização de tecnologias de informação e comunicação na Secretaria Municipal de Saúde de Florianópolis” foi definido enquanto objetivo Assegurar a estrutura em tecnologia da informação favorecendo a inovação e integração de dados, alinhados às necessidades da SMS. Quanto a diretriz nº6 que procura “Garantir força de trabalho suficiente, qualificada e valorizada priorizando vínculos estáveis” foi objetivado a implementação da Política Municipal de Gestão de Pessoas em Saúde junto ao Sistema de Gestão de Pessoas da PMF considerando as

especificidades das diferentes áreas da SMS, e contemplando processos de dimensionamento, atração, saúde, desenvolvimento e valorização do desempenho do servidor. E Por fim, quanto a diretriz de nº 7, que dispõe da “garantia de financiamento estável e sustentável para o SUS, melhorando o padrão do gasto e qualificando o financiamento tripartite e os processos de transferência de recursos” se objetivou o aumento do financiamento e captação de recursos para a saúde melhorando a qualidade do gasto público.

3.2 Carlos Alberto Justo da Silva, Presidente do Conselho Municipal de Saúde.

Informou que a Secretaria resolveu assumir a alta complexidade em integralidade à atenção em saúde auditiva, e a partir deste mês pela Otovida.

3.3 Marcos Cesar Pinar, União Florianopolitana de Entidades Comunitárias.

Colocou aos conselheiros que o orçamento vai ser mandado para a Secretaria da Fazenda, e que há possibilidades de passar por cortes, e junto a estes vem a precarização e o discurso da privatização e da terceirização. Afirmou que a relação estabelecida entre o setor da saúde e a Secretaria da Fazenda foi dramática nos últimos anos, pois não se conseguiu os recursos necessários para todas as demandas apresentadas.

3.4 Carlos Alberto Justo da Silva, Presidente do Conselho Municipal de Saúde.

Respondeu a colocação de Marcos em relação à Secretaria da Fazenda ao dizer que procuram atender todas as demandas que são colocadas no orçamento, mas que nem sempre é possível fazê-lo. Colocou que os técnicos da Secretaria de Saúde procuram estabelecer metas e baseado nisto, calculam uma determinada demanda orçamentária. Ainda disse que a Saúde não pode reclamar que de alguma maneira, nos últimos dois anos, a Prefeitura Municipal de Saúde (PMF), destinou uma quantidade maior de recursos. Frisou que os governos Federal e Estadual também não tem repassado uma quantidade significativa de recursos ao município. Têm reivindicado um maior repasse do Governo Estadual ao Sistema Único de Saúde (SUS). Observou que o Sistema Único de Saúde precisa gerir os hospitais como um todo, para que estes passem a atender com mais atenção às demandas reprimidas.

3.5 Josimari Telino de Lacerda, Universidade Federal de Santa Catarina.

Agradeceu pela elaboração do Planejamento. Solicitou que seja feito uma ressalva quanto ao item que dispõe do Plano de Intervenção em Saúde Bucal em Centros de Saúde (CS), já que considerou existir uma carência de debate no Conselho sobre este item.

3.6 Talita Cristine Rosinski, Diretoria de Atenção Saúde – DAS/PMF

Esclareceu que o Plano de Intervenção seria no sentido de analisar os indicadores em saúde bucal e propor planos de intervenção no sentido de melhorá-los.

3.7 Daniela Baumgart de Liz Calderon, Secretaria Municipal de Saúde.

Observou que no momento de monitoramento destas ações, a partir dos relatórios quadrimestrais, que os diagnósticos e a elaboração das ações podem ser apresentados no Conselho. Pediu para que fossem respondidos os questionamentos acerca da contratação de RH para a Rede e serviços em relação às filas de espera por exames.

3.8 Ariadna Saavedra, Gerência de Regulação - SMS

Respondeu que em relação a filas de espera, existem filas reguladas e filas cronológicas, e diversos procedimentos, consultas e exames.

3.9 Talita Cristine Rosinski, Diretoria de Atenção Saúde – DAS/PMF

Respondeu que em relação à contratação, no mês de março conseguiram realizar a contratação de 21 médicos. Agora estão voltando a atenção aos contratos desses profissionais que estão nestas unidades onde têm maior dificuldade de preencher vagas. Colocou que estão procurando preencher as vagas que demandam mais urgência. Informou também que recentemente foi realizado processo seletivo para médicos especialistas, com provável convocação neste próximo mês.

Acrescentou que responderam ao ofício encaminhado pelo Conselho Distrital Sul, onde havia solicitação de RH para provimento de profissionais para quase todos os Centros de Saúde da Região Sul, dentre as categorias de médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem e técnicos administrativos. Respondeu ao ofício informando que estariam fazendo as chamadas entre os meses de janeiro e fevereiro, e assim aconteceu. No dia 03 de fevereiro algumas contratações foram efetivadas, e no mês de março algumas estão em andamento. Dos 8 CS que demandaram contratação, 7 foram contemplados. Ficou em aberto as vagas do CS Alto Ribeirão, que está novamente com processo seletivo para preencher a vaga de médico. Para o CS Tapera foram supridas duas vagas no dia 14/03/2022. Reforçou que em relação às admissões, conseguiram cumprir as que estavam previstas para 1 médico no CS Rio Tavares; 1 médico no CS Alto Ribeirão; 1 Técnico de Enfermagem no Carianos; 2 Enfermeiros, 1 técnico Administrativo e 2 Técnicos de Enfermagem no CS Campeche; 2 Enfermeiros, 2 Técnicos Administrativos e 4 Técnicos em Enfermagem na Fazenda do Rio Tavares; 1 Enfermeiro, 2 médicos, 3 Técnicos Administrativos e 3 Técnicos de Enfermagem no CS Tapera. Retomou que ainda falta o preenchimento de 2 vagas para médicos no CS Alto Ribeirão, mas que esperam preenchê-las na próxima chamada.

3.10 Evandro Silveira, Assessoria de Gestão de Pessoas SMS/PMF

Complementou que em relação às vagas do CS Alto Ribeirão, os candidatos de final de fila foram convocados e estão esperando retorno para início dos trabalhos no mês de abril.

3.11 Ariadna Saavedra, Gerência de Regulação - SMS

Comentou do nosso panorama das filas de espera; quando se produz uma fila também se produz um desequilíbrio onde aquilo que se necessita e o que se consegue realizar. Dentro disso verifica o que é necessário solicitar. Retirando dessa fila pacientes que já foram atendidos e pacientes que poderiam ser atendidos em outros níveis de Atenção de Média Complexidade, e na tentativa de aproveitar aquilo que nós temos o máximo possível dentro das Policlínicas e da Atenção Primária, além da contratualização para aumentar essa oferta no sentido de complementação. Mantendo a reorganização de acesso a especialidade. Na Atenção Primária o acesso aos especialistas nos Centros de Saúde acontece de forma regulada e mantendo a regulação nas Policlínicas desses especialistas e prestadores contratados. Destacou que o aumento das filas são as faltas dos pacientes às consultas e exames, e que pediram aos prestadores para localizarem esses usuários para que isso não ocorra e que a Regulação estude mês a mês se isso segue ocorrendo, e se há possibilidade de abrir novas agendas para aumentar a oferta. A regulação tem trabalhado nesse sentido, mesmo que o município não tenha a oferta específica, de fazer a depuração da fila dos pacientes mais graves para que estes estejam ativamente encaminhados ao Estado, filas estas com menor demanda. Em relação às dificuldades de acesso aos exames laboratoriais, foram pedidos ao Hospital Universitário (HU), e ao novos laboratórios um aumento de vagas. Foram feitos aditivos de exames e também se identificou que o número de pedidos em fila são todos eletivos e não urgentes. Com o aumento de ofertas, a tendência é que o tempo de espera diminua e se atinja a meta que é de vinte dias de espera.

3.12 Jane Cordeiro Aimi, Conselho Local de Saúde Carianos

Questionou o motivo da negativa da Regulação da Autorização de Internação Hospitalar (AIH) do seu filho emitida pelo Ortopedista do Hospital Celso Ramos e que foi orientada a fazer uma nova consulta. E se deveria esperar mais meses por uma nova consulta.

3.13 Ariadna Saavedra, Gerência de Regulação - SMS

Respondeu que não, pois na Central Estadual através do Sistema Nacional de Regulação (SISREG) tem oferta para os casos cirúrgicos, que têm que ser encaminhados pelo Hospital que realiza essa cirurgia. Esse procedimento segue uma Deliberação do Estado, onde para ter acesso à cirurgia tem que ter uma primeira consulta autorizada pela Regulação do Estado, pactuação realizada com este. Disse ainda que parte das filas, ocorrem por que o fluxo não é feito corretamente; teriam de orientar que os usuários busquem os seus Centros de Saúde, através dos médicos de família, e que os Centros de Saúde realizem as inserções corretas dentro do SISREG com todas as informações dos pacientes: onde e o tempo em que foram atendidos; para que se considere todo esse tempo como sendo o do tratamento.

3.14 Gerusa Machado, Assistente Social – Secretária Executiva CMS

Questionou a pedido do Conselheiro Marcelo através do chat, a respeito das demandas espontâneas e linhas de cuidados, conforme as especificidades de cada pessoa no coletivo LGBTQIA+

3.15 Talita Cristine Rosinski, Diretoria de Atenção Saúde – DAS/PMF

Respondeu que a Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF) e a SMS têm construído algumas ações para dar visibilidade à vulnerabilidade que a população LGBTQIA+ tem na sua atenção à saúde. Disse que no Sul do país somos uma das cidades pioneiras a trabalhar com ambulatorios específicos para atendimentos de pessoas Trans; iniciando com ação isolada com algumas pequenas cargas horárias de alguns profissionais e hoje ele está bastante robusto e bem mais estruturado com médico de carga horária de 20 (vinte) horas dedicada a esta ação, com gestor desse ambulatório e com equipe multi trabalhando; esse ambulatório está sediado na Policlínica do Centro, habilitado pelo Ministério da saúde e em parceria com o Centros de Controle e Prevenção de Doenças (CDC) para discussão de acessos a medicação e tratamentos que possam dar complementaridade; políticas; parcerias na questão da prevenção das doenças sexualmente transmissíveis; distribuição de auto-testes disponível para essa população e para a população geral nas Policlínicas; ações audiovisuais.

3.16 Gerusa Machado, Assistente Social – Secretária Executiva CMS

Sugeriu que em uma Plenária seja apresentado esse tema abordado pela Talita para apropriação pelos Conselheiros. Em seguida solicita ao presidente do CMS que submeta a PAS a aprovação do Pleno. em

3.17 Carlos Alberto Justo da Silva, Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Colocou para votação a aprovação com Resolução da Programação Anual de Saúde 2022-2023 com a ressalva a respeito do Projeto Intervenção à Saúde Bucal, feita pela conselheira Josimari Telino. Solicitou que os contrários a aprovação se manifestassem. **Dessa forma, foi aprovado com Resolução a PAS 2022-2023, com a devida ressalva do Pano de Intervenção da Saúde Bucal que deverá ser apresentado ao CMS antes da sua implantação.**

4º Ponto de Pauta | Comissão de Farmácia Terapêutica

4.1 Jardel, Assistência Farmacêutica – SMS/PMF

Fez uma apresentação de como estão desenvolvendo seus trabalhos, comentou que esta Comissão atua de forma permanente, tentando manter a lista de medicamentos atualizada dentro do que se tem em evidências científicas e também atendendo as necessidades do mercado nacional, pois atualmente tem problemas de medicamentos que são descontinuados, precisando fazer adequações para permitir que se mantenha o acesso da população; comentou a atualização do site de farmácia terapêutica, orientando que este site é acessível através da Secretaria de Saúde, pois estão tentando dar transparência aos trabalhos; embora eles tenham sido divulgados em outras mídias digitais. Uma vez que a Comissão elabora um parecer técnico-científico propondo alguma análise, como por exemplo, a inclusão, exclusão ou alteração da lista de medicamentos ele vai para uma etapa

de consulta pública, abrindo a possibilidade de contribuição dos profissionais da rede municipal de saúde. Uma das demandas que a Comissão foi a inclusão de Etomidato, que uma medicação usado para a entubação, isso veio dos profissionais das Unidades de Pronto Atendimento, mas desenvolveram uma análise da literatura técnico-científico e resolveram trazer uma opção a mais que foi a Dextrocetamina e mantiveram o que já dispunham que foi o Midazolam. Um outro parecer que também já passaram foi os anti inflamatórios e mantiveram o Diclofenaco, que é intramuscular e havia a necessidade de um intravenoso e o Cetoprofeno foi incluído. Foram mantidos medicamentos para HPV, contraceptivo e diabetes. E por fim, mantiveram o antibiótico para infecção urinária em crianças, pois se tratava de uma medicação que eventualmente era utilizada e da dificuldade em adquirir outra medicação no mercado nacional. Adequaram a forma de uso do Dimenidrinato, medicação para enjoos e vômitos na gravidez e também o Sulfato Ferroso, também utilizado durante a gravidez, para ter o cuidado com a preeclampsia.

4.2 Carlos Alberto Justo da Silva, Presidente do Conselho Municipal de Saúde.

Agradeceu e parabenizou ao pessoal da Comissão de Farmácia Terapêutica pela tranquilidade para quem está na Secretaria e por se ter uma Comissão com a qualidade e com a seriedade com que se discute as incorporações e as administrações de medicamentos. Falou do assédio que a indústria farmacêutica vem tentando impor as suas condições ao Sistema de Saúde e a Comissão seguiu as evidências científicas através das revisões dos casos

4.3 Sylvio da Costa Junior, Central Única dos Trabalhadores CUT/SC.

Agradeceu a apresentação e pelo trabalho que o Jardel realiza e parabenizou o trabalho realizado pelos servidores do serviço público de criar uma memória institucional, de carreira e de estarem a anos na rede e conseguem desenvolver um trabalho que não há gratificação ou benefício para isto, mas sim de quem tem amor pelo serviço público e pela rede municipal de saúde

4.4 Carlos Alberto Justo da Silva, Presidente do Conselho Municipal de Saúde.

Foi colocado em votação a apresentação do relatório, solicitando que os contrários se manifestassem. **Dessa forma, foi aprovado o Relatório da Comissão de Farmácia Terapêutica.**

5º Ponto de Pauta | Informes (Secretaria Executiva, Comissões, CLS, CDS e Gerais);

5.1 Gerusa Machado, Assistente Social – Secretária Executiva CMS

Comentou que foi recebido da Câmara de Vereadores de Florianópolis uma solicitação de parecer, apreciação sobre o Projeto de Lei 18.257 de 2021 acerca da incorporação de medicamentos à base de cannabis na rede municipal de saúde e de sua distribuição gratuita pelo município de Florianópolis. E como é de praxe, quando é recebida uma solicitação de parecer de algum projeto da Câmara é encaminhada para o setor para que os técnicos deem um parecer e o Conselho possa pensar sobre o assunto e se posicionar. Foi encaminhada

previamente para os Conselheiros o Projeto com todas as respostas, inclusive com a da procuradoria da Câmara com todos os embasamentos e foi lida a negativa da Comissão da Assistência Farmacêutica na qual disse o seguinte: “ que a responsabilidade inclusão de medicamentos no SUS seria de responsabilidade do Ministério da saúde e das Secretarias Estaduais de Saúde”. Foi colocada, posteriormente, para apreciação e discussão.

5.2 Emerson de Jesus Duarte, Conselho Distrital de Saúde Sul.

Disse achar esquisito ou muito estranho que os técnicos da Comissão da Assistência Farmacêutica que não cabe ao município esse parecer, e que não há o que se opinar. Talvez por que esses medicamentos tenham sido aprovados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e que tem visto na mídia algumas pessoas solicitam essa medicação e tem conseguido autorização para o uso. Ele se absteve por não ter proposta para isso.

5.3 Marcos Cesar Pinar, União Florianopolitana de Entidades Comunitárias.

Comentou que o município pode ter uma posição sobre o tipo de medicamento, independente de ele aplicar, pois como foi dito essa responsabilidade é do Ministério da saúde, mas o município pode se posicionar no sentido de que há remédios que já tem a aprovação de uso e sucesso. A partir do momento em que está comprovado cientificamente, o município de Florianópolis tem uma posição favorável e só não vai aplicar, pois depende do Ministério da Saúde; tem que cobrar deste investimento em pesquisa científica. A nossa posição neste caso é política, pois a gente é favorável desde que tenha comprovação científica.

5.4 Gerusa Machado, Assistente Social – Secretária Executiva CMS

Falou que talvez não tenha sido clara, pois não tem a ver com o Ministério da Saúde e sim com o posicionamento do Conselho Municipal de Saúde, pois que a Câmara de Vereadores está nos demandando em relação ao Projeto de Lei 18.257 de 2021. Então é para dizer se o Conselho é favorável ou também dizer que não nos sentimos informados para darmos um posicionamento nesse sentido.

5.5 Josimari Telino de Lacerda, Universidade Federal de Santa Catarina.

Falou que o Conselho deve decidir se segue ou não o posicionamento da SMS. Informou que concorda, e que não entendeu muito bem por que nos foi solicitado opinião sobre isso, pois não temos conhecimento técnico adequado para opinar. Com isso, concordou em seguir o parecer técnico da SMS.

5.6 Carlos Alberto Justo da Silva, Presidente do Conselho Municipal de Saúde.

Falou que nos últimos anos estamos esquecendo que há uma Política Nacional de Saúde de Medicamentos e que devemos segui-la, não podemos apenas fazer o que quisermos. Explicou que entende a boa intenção de pautar isso, pois já há alguns estudos indicando melhora em pacientes usando o medicamento em questão, porém, é uma decisão maior, que o município sozinho não pode tomar. Precisamos seguir a Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME). Reforçou a importância de nos basearmos em evidências científicas para todas as nossas decisões, mas que esse caso deve ser decidido

nacionalmente. Relembrou do começo da pandemia, que, baseado em opiniões sem base científica, nos foi obrigado a prescrição de medicamentos para tratamento da *Covid-19*.

Reforçou, por fim, que irão continuar acompanhando as discussões nacionais sobre inclusão desses medicamentos e realizar as mudanças necessárias na Relação Municipal de Medicamentos (REMUME).

5.7 Sylvio da Costa Junior, Central Única dos Trabalhadores CUT/SC.

Falou que concorda com a conselheira Josimari, que o debate acabou virando político por se tratar de um medicamento com base em cannabis. Reforçou a necessidade de sermos didáticos em nossa resposta, pois a vereadora que nos enviou a proposta provavelmente não sabia dos trâmites.

5.8 Gerusa Machado, Assistente Social – Secretária Executiva CMS

Concordou e reforçou a importância deste esclarecimento.

5.9 Hugo Belli, Conselho Distrital de Saúde Continente.

Concordou que o CMS não pode dar um parecer deste tipo e que devemos reforçar a posição da SMS. Os conselheiros não têm capacidade técnica para decidir sobre isso.

5.10 Gerusa Machado, Assistente Social – Secretária Executiva CMS

Questionou qual encaminhamento seria dado.

5.11 Carlos Alberto Justo da Silva, Presidente do Conselho Municipal de Saúde.

Respondeu que devemos ser respeitosos na resposta, mas que o CMS entende que isso deve ser discutido em âmbito nacional da RENAME e posteriormente na REMUME do município de Florianópolis. Explicar os trâmites e sermos didáticos, evitando polemizar, mas mostrando que a resposta deve ser científica. Por fim, falar que iremos continuar acompanhando os debates sobre isso.

5.12 Gerusa Machado, Assistente Social – Secretária Executiva CMS

Falou que a Secretaria Executiva irá elaborar uma proposta de resposta, contando com o auxílio do Sylvio e da Ana Paula para explicar sobre os trâmites necessários a inclusão de medicamentos para dispensação na rede pública. Após finalizada a redação, esta será socializada com os conselheiros para sugestões antes de ser encaminhada para o Gabinete da Vereadora Carla Ayres na Câmara de Vereadores.

Prossegue Informando que, conforme encaminhamento da última Plenária, foi enviado um Ofício ao Secretário de Educação questionando acerca da participação do CMS no Comitê Estratégico de Volta às Aulas, se teríamos ou não direito à voto. A resposta do Secretário Maurício Fernandes Pereira ao nosso Ofício foi de que o CMS tem voz e voto no Comitê. Cientes da resposta os conselheiros sugerem que se pergunte ao conselheiro Emerson de Jesus Duarte se este aceitaria continuar como representante nesse Comitê, pois este tinha sido anteriormente indicado. Em caso de uma resposta negativa, deveria ser perguntado ao

Conselheiro Sulimar Vargas Alves que também demonstrou interesse, se aceitaria ser representante do Conselho neste Comitê em questão.

Informou que o processo eleitoral do Conselho já iniciou e tem 2 (duas) entidades inscritas. As inscrições iniciaram no dia 17 de março e vão até dia 19 de abril. Pediu para que os conselheiros ajudassem com a divulgação do processo, falando com suas entidades e outras interessadas sobre o mesmo. Irá enviar o *banner* novamente no grupo do *WhatsApp*.

Informou que o Conselho Nacional de Saúde (CNS) solicitou aos Conselhos Estaduais e Municipais que realizassem atividades em alusão ao Dia Mundial da Saúde, comemorado no dia 7 de abril, portanto, do dia 5 ao 11 de abril acontecerá a “Semana da Saúde”, onde acontecerão diversos eventos relacionados ao tema. O CMS promoverá uma Roda de Conversa on-line com o Prof. Marco Aurélio da Ros, sobre “o SUS que temos e o SUS que queremos”, no dia 6 de abril às 19h. A Secretaria Executiva enviará o *banner* de divulgação para todos.

5.13 Josimari Telino de Lacerda, Universidade Federal de Santa Catarina.

Informou que no dia 7 de abril às 14h haverá o lançamento do Observatório SUS Floripa, na Câmara dos Vereadores. Falou que o CMS receberá o convite oficial, mas que já veio adiantar a informação que foi confirmada na Plenária da Comissão de Saúde da Câmara. Falou que será muito importante a presença dos conselheiros.

5.14 Carmen Mary de Souza Souto, Conselho Distrital de Saúde Centro.

Saudou a todos, falou que tem conversado com alguns usuários e uma demanda recorrente que tem ouvido é a necessidade do retorno do Profissional de Educação Física para os Centros de Saúde (CS). Outra demanda é sobre o espaço físico para as farmácias, que estão muito pequenas. Houve também muitas reclamações de falta de médicos nos CS.

5.15 Gerusa Machado, Assistente Social – Secretária Executiva CMS

Falou que a demanda por Educador Físico também é recorrente nas reuniões da Comissão Intersetorial de Saúde Mental (CISM) do CMS, o pessoal do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) Continente têm solicitado bastante isso, pois auxiliaria no tratamento dos usuários de lá.

5.16 Hugo Belli, Conselho Distrital de Saúde Continente.

Informou que amanhã (30/03) irão tirar uma data na Câmara de Vereadores para tratar das escolas estaduais que estão em situação crítica no município. Falou que posteriormente passará os detalhes para os demais.

5.17 Carlos Alberto Justo da Silva, Presidente do Conselho Municipal de Saúde.

Falou que irá participar da Roda de Conversa com o Marco da Ros, pois gosta muito dele e não se falam há muito tempo.

Sobre a volta dos Educadores Físicos, falou que os atuais reitor e reitora na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) estão interessados em uma parceria para prover esses profissionais e/ou espaço físico para a realização dessas atividades, principalmente nos CS próximos à UFSC.

Falou que em Florianópolis se tem 1 (uma) Equipe de Saúde da Família (ESF) para cada 3.000 (três mil) habitantes, ou seja, 1 (um) médico e 1 (um) enfermeiro. A SMS se esforça para garantir isso, embora saiba que esse número ainda não é o suficiente. Porém, lembra que o Governo Federal designa que seja 1 (uma) Equipe para cada 4.500 (quatro mil e quinhentos) habitantes. Falou que olharão com carinho essa questão de falta de Recursos Humanos.

Parabenizou a conselheira Carmen que esteve ativamente na luta pela nova sede do CS Pantanal.

Falou que é muito importante a questão de saúde dos idosos e disponibilidade de Educadores Físicos, irão ver isso.

5.18 Roseane Lucia Panini, Associação de Moradores do Campeche.

Informou que no dia anterior aconteceu a reunião do CLS Campeche, onde foi perguntado o porquê de não terem cadastrado as equipes formadas no CS Campeche, ainda colocou que também foi perguntado sobre a questão da internet, que está com problemas e tem atrapalhado o trabalho dos profissionais. Pontuou que também foi colocada na reunião a questão da cerca que fica ao redor do CS, que se encontra arrebitada, atrapalhando o acesso ao CS do bairro.

5.19 Talita Cristine Rosinski, Diretoria de Atenção Saúde – DAS/PMF

Respondeu que estão atentos à questão do cadastramento, por esta envolver também a questão do financiamento do município. Procuram manter os cadastros das equipes atualizados. O que tem acontecido é que tem-se conseguido poucas aprovações para as novas equipes. Tem equipes pendentes de aprovação desde outubro do ano passado. Procuram fazer esse movimento, mas estão com dificuldade na validação e conseqüentemente no repasse dessas informações.

5.20 Jane Cordeiro Aimi, Conselho Local de Saúde Carianos

Agradeceu a Secretária de Saúde e ao Conselho por sempre estarem recebendo as demandas. Complementou a Roseane, na questão da internet, o CS Carianos tem apresentado a mesma dificuldade, de acordo com relato da Coordenadora do CS que expôs a situação em reunião do CLS Carianos.

5.21 Carlos Alberto Justo da Silva, Presidente do CMS.

Colocou que o problema está além da internet, que o problema tem se estendido tanto ao plano que o município tem com a Amazon, tanto com CIDASC que mantém a internet. É pago para a CIDASC 50 mil reais para mantimento da internet, porém a Secretária de Saúde têm avaliado certa insatisfação quanto ao serviço prestado, e por

isso, vão voltar a discutir essa questão. Por fim, colocou que contrata a consultoria do professor da Universidade Estadual de Londrina, para construção de um Plano Diretor de Informática, que irá apontar diretrizes para implementação tecnológica. Colocou ainda que tem-se avaliado na Secretaria, a necessidade de estarem incorporando Analistas de Sistemas, para auxiliar na resolução de problemas relacionados à internet. No momento, precisam de um diagnóstico mais preciso, para poderem agir na resolução destes problemas. Respondeu à Roseane, que viu a atual situação da cerca do CS Campeche e que vai pedir para ser avaliada a retirada e a colocação de uma nova cerca. Reforçou a necessidade do apelo às pessoas no zelo ao patrimônio público.

6º Ponto de Pauta | Sugestão de Pontos de Pauta para a próxima Sessão Plenária de nº 202 de 26 de abril de 2022.

6.1 Marcos Cesar Pinar, União Florianopolitana de Entidades Comunitárias.

Primeiramente sinalizou que durante esta gestão do Conselho, tiveram muitos problemas, entre eles a relação ruim entre o Conselho e o Prefeito. Colocou que o prefeito apenas recebeu o Conselho uma vez em um período de 6 anos, e que este também não participou de nenhuma atividade proposta pelo Conselho, inclusive no Comitê de Crise da COVID. A partir dessa sinalização, perguntou sobre como vai se dar a relação entre o novo prefeito e o Conselho, se haverá mudanças nesta relação, se haverá mudanças na Secretaria da Fazenda. Colocou que é importante trazer ao novo prefeito estes desafios, e pedir um parecer deste enquanto a questões colocadas sobre a saúde. Sinalizou ainda que seria importante fazer a prestação de contas da UPA Continente. Sinalizou por fim, se seria possível realizar a última reunião da gestão de forma presencial, para poderem se despedir.

6.2 Carlos Alberto Justo da Silva, Presidente do CMS.

Colocou que realmente o Prefeito Gean Loureiro pode não ter dado espaço ao Conselho, mas que também não deixou de apoiar a saúde, e procurou olhar as demandas trazidas pela Secretaria. Colocou ainda que o novo prefeito, é uma pessoa que vem de uma área diferente, foi coordenador do Banco do Brasil, e que quanto a continuidade dos demais Secretários, esta poderá vir a acontecer, perante a confiança nestas pessoas e no trabalho que elas tem realizado até o momento. Quanto à proposta de reunião presencial, colocou que poderia vir a ocorrer, perante o uso de máscara.

6.3 Gerusa Machado, Assistente Social – Secretária Executiva CMS

Colocou que Marino não conseguiu colocar sua pergunta em relação aos educadores físicos do qual ele tinha conversado em dezembro com a Talita, e que amanhã estaria repassando para a Talita, e posteriormente, repassando a resposta a ele.

6.4 Sylvio da Costa Junior, Central Única dos Trabalhadores CUT/SC.

Colocou que a questão da internet deve voltar como pauta da próxima plenária. Concorde com Marcos, em colocar a prestação de contas da UPA Continente como pauta da próxima Plenária também, com apresentação contratada, ou seja, a Organização Social responsável.

6.5 Carlos Alberto Justo da Silva, Presidente do CMS.

Respondeu que enquanto a Organização Social responsável estar fazendo a apresentação de prestação de contas, não há problema algum. E respondeu ao Marino, que também está preocupado quanto a questão dos educadores públicos e que acha importante continuar observando essa questão.

6.6 Gerusa Machado, Assistente Social – Secretária Executiva CMS

Encaminhou os pontos de pauta da próxima plenária, sendo estas a apresentação da prestação de contas da UPA Continente e a apreciação do Relatório Anual de Gestão.

Encerrou a plenária convidando os presentes a participarem da roda de conversa online com o médico sanitário, Professor Marco Aurélio Da Ros, que acontecerá no dia 06/04 às 19h.

Conselheiros Presentes

Presidente

1. Carlos Alberto Justo da Silva, Presidente do CMS.

Governo Municipal

2. Daniela Baumgart de Liz Calderon, Secretária Municipal de Saúde.
3. Márcio Ishihara Furtado, Secretária Municipal de Infraestrutura.

Entidades Prestadoras de Serviço em Saúde

4. Hipólito do Vale Pereira Neto, Associação de Hospitais de Santa Catarina.

Entidades Sindicais e Associações de Profissionais de Saúde

5. Marino Tessari, Conselho Reg. Ed. Física de SC.

Instituições públicas ou privadas de ensino

6. Josimari Telino de Lacerda, Universidade Federal de Santa Catarina.

Entidades Populares

7. Marcos Cesar Pinar, União Florianopolitana de Entidades Comunitárias.
Albertina da Silva de Souza, União Florianopolitana de Entidades Comunitárias.
(suplente)
8. Cecilia Alves de Lima, Federação Catarinense de Mulheres.
9. Roseane Lucia Panini, Associação de Moradores do Campeche.

Entidade de Aposentados e Pensionistas

10. Maria Helena Possas Feitosa, Associação dos Funcionários Aposentados e Pensionistas do Banco do Brasil.
Francisco Teixeira Nobre, Associação dos Funcionários Aposentados e Pensionistas do Banco do Brasil. (suplente)

Conselhos Distritais de Saúde

11. Carmen Mary de Souza Souto, Conselho Distrital de Saúde Centro.
12. Hugo Belli, Conselho Distrital de Saúde Continente.
13. Adélio José da Costa, Conselho Distrital de Saúde Norte.
Lisia Maria Barth Lavalhos, Conselho Distrital de Saúde Norte. (suplente)
14. Emerson de Jesus Duarte, Conselho Distrital de Saúde Sul.

Entidades Sindicais e Associações de Trabalhadores

15. Marcelo Pacheco de Freitas, Estrela Guia - Associação em Prol da Cidadania e dos Direitos Sexuais.
16. Sylvio da Costa Junior, Central Única dos Trabalhadores CUT/SC.

Entidades Não Governamentais que Atuam no Atendimento a Pessoas com Patologias Crônicas e Pessoas com Deficiência

17. Maria Conceição dos Santos Machado, AMUCC - Associação Brasileira de Portadores de Câncer.
Scheila Rodrigues Silveira, Associação dos Pacientes Renais de Santa Catarina.
(suplente)
18. Maíra Antonello Rasia, Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais de Florianópolis.

Ausências Justificadas

Entidades Sindicais e Associações de Profissionais de Saúde

19. CRN 10 | Conselho Reg. de Nutricionistas 10ª Região.

Entidades Ausentes

Governo Municipal

20. SEMAS | Secretaria Municipal de Assistência Social.
21. SME | Secretaria Municipal de Educação.

Governo Estadual

22. SES | Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina.

Entidades Prestadoras de Serviço em Saúde

23. SINDILAB | Sindicato de Laboratórios de Análises Clínicas, Patologia Clínica e Anátomo-Citopatologia de Santa Catarina.

Entidades Sindicais e Associações de Profissionais de Saúde

24. SOESC | Sind. Odontologistas no Estado de SC.
25. ACMFC | Associação Catarinense de Medicina de Família e Comunidade
26. ACO | Academia Catarinense de Odontologia.

Entidades Sindicais e Associações de Trabalhadores em Saúde do Serviço Público.

27. SINDSAÚDE | Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde de Florianópolis
28. SINDPREVS | Sindicato dos Trabalhadores em Saúde e Previdência do Serviço Público Federal de Santa Catarina.

Entidades Populares

29. Instituto Arco-Íris.
30. UNEGRO | União de Negras e Negros pela Igualdade de Santa Catarina.
31. PPI | Pastoral da Pessoa Idosa.
32. CONFIA | Conselhos Comunitários Loteamentos Jardim Anchieta, Flor Ilha e Jardim Germânia.

Participantes e Convidados

1. **Ana Paula** - Assistência Farmacêutica - SMS/PMF
2. **Angra Laurindo** - Diretoria Inteligência em Saúde – SMS
3. **Ariadna Saavedra** - Gerência de Regulação – SMS
4. **Bruna Silveira Monteiro** – Estagiária de Serviço Social – Equipe Secretaria Executiva CMS
5. **Carlos Antônio**
6. **Carolina Carneiro de Melo** - Residente de Serviço Social CS Novo Continente
7. **Claudete Goulart** - CLS Cachoeira do Bom Jesus
8. **Deniz Faccin** - Gerência de Inteligência e Informação SMS/PMF
9. **Elis Carolina Pacheco** - Residente Odontologia
10. **Érico Ivônio Vieira** - CLS Tapera
11. **Evandro Silveira** - Assessoria de Gestão de Pessoas SMS/PMF
12. **Gabriela Bizzi Morari** - Residente de Psicologia no CS Monte Cristo
13. **Gerusa Machado** – Assistente Social – Secretária Executiva CMS
14. **Humberto Santos** – Assessoria de Infraestrutura
15. **Jane cordeiro Aimi** - Conselho Local de Saúde Carianos
16. **Jardel** – Assistência Farmacêutica – SMS/PMF
17. **Jorge Luis Andrzevewski Ferrão** – Assistente Administrativo – Secretaria Executiva CMS
18. **Karoline Gonçalves** - Residente de Serviço Social CS Novo Continente
19. **Larissa Alvarenga**
20. **Luciano Elias** - Gerência Orçamentária – SMS/PMF
21. **Maria Carolina Magedanz** - Residente de Psicologia
22. **Marisa M H Garcia** - Coordenadora-Adjunta CLS Ingleses
23. **Priscilla Valler** – Diretoria de Vigilância em Saúde - SMS/PMF
24. **Rafael Rodrigues Pantoja de França** - Assistente Social Residente (Centro)
25. **Silvia Grando** – Socióloga – Equipe Secretaria Executiva CMS
26. **Stefânia R. Santos** - Residente de Psicologia
27. **Steffani Pinheiro** - Residente de Fisioterapia
28. **Talita Cristine Rosinski** – Diretoria de Atenção Saúde – DAS/PMF
29. **Telma Maria Ghidini Diniz**
30. **Thiago Apolinário Michelin**
31. **Vanessa Dietrich** - Residente de Serviço Social CS Monte Cristo
32. **Zeli Sabino Delfino** – Coordenadora Conselho Local de Saúde Jurerê e Titular CDS Norte

Glossário de Siglas e Abreviaturas

AIH - Autorização de Internação Hospitalar

ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária

CAPS - Centro de Atenção Psicossocial

CDC - Centros de Controle e Prevenção de Doenças

CDS - Conselho Distrital de Saúde

CIDASC - Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina

CISM - Comissão Intersetorial de Saúde Mental

CLS - Conselho Local de Saúde

CMS - Conselho Municipal de Saúde

CNS - Conselho Nacional de Saúde

CS - Centro de Saúde

DAS - Diretoria de Atenção à Saúde

ESF - Equipe de Saúde da Família

HU - Hospital Universitário

LGBTQIA+ - Lésbicas, gays, bissexuais, travestis, trans, queer, intersexuais, assexual e todas as outras siglas e identidades que integram o movimento.

PAS - Programação Anual de Saúde

PMF - Prefeitura Municipal de Florianópolis

RAG - Relatório Anual de Gestão

REMUME - Relação Municipal de Medicamentos.

RENAME - Relação Nacional de Medicamentos Essenciais

RH - Recursos Humanos

SISREG - Sistema Nacional de Regulação

SMS - Secretaria Municipal de Saúde

SUS - Sistema Único de Saúde

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

UPA - Unidade de Pronto Atendimento